

Qualia e fisicalismo: apontamentos*

Max Rogério Vicentini**

VICENTINI, Max Rogério. *Qualia e fisicalismo*. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 2, 131-138, 1999.

RESUMO

Trata-se aqui de apresentar e discutir aspectos históricos e conceituais do problema dos qualia no interior da atual Filosofia da Mente, buscando abordagens alternativas que possam possibilitar um melhor tratamento dos mesmos a partir de uma perspectiva que não os tornem incompatíveis com os preceitos fisicalistas da ciências e, ao mesmo tempo, preserve a sua especificidade.

Unitermos: *qualia*; fisicalismo; mente; ciência, subjetivo/objetivo; consciência.

“Que método existe para determinar qual é a mais aguda de duas dores, ou qual é a mais intensa entre duas sensações de prazer, senão o sufrágio geral dos que estão familiarizados com ambas?”

John Stuart Mill

É sensível, para todo aquele que possui ao menos um pequeno conhecimento dos preceitos da ciência atual, um aparente descompasso entre a visão resultante das descrições científicas e aquela imagem do mundo que obtemos pela experiência, por meio de nossos sentidos e que está baseada nas nossas mais íntimas intuições de como o mundo é. Esse mundo de cores, odores, sabores etc., é reduzido, pela perspectiva fisicalista, a um amontado de desbotados elementos básicos e enunciados de leis que não nos deixam ver como tão vívidas propriedades possam ser deduzidas a partir de uma base tão elementar. Este texto tem por finalidade expor e analisar alguns argumentos que se utilizam da noção de *qualia* para criticar e rebater o fisicalismo.

Fisicalismo, segundo McDowell (1980) pode ser entendido como uma doutrina na qual:

* Este trabalho consiste de parte da dissertação de mestrado O problemas dos *qualia* na filosofia da mente (1998) desenvolvida com o auxílio do CNPq.

** Departamento de Filosofia - USC
max@mari-
lia.unesp.br

(i) todos os eventos são eventos físicos, isto é, têm descrições físicas; (ii) sob suas descrições físicas, todos os eventos são suscetíveis de explicação total, do tipo paradigmaticamente oferecido pela Física, em termos de leis físicas e outros eventos descritos fisicamente (McDowell, 1980, 128, tradução nossa).

O fisicalismo é uma importante, e até mesmo majoritária, perspectiva entre os cientistas. Sem questionar o sucesso que esta perspectiva científica tem alcançado, passaremos a analisar a questão de se por meio do fisicalismo podemos capturar, numa estrutura teórica descritiva, aqueles elementos que aparentemente são indissociáveis de nossas experiências qualitativas. Ou, dizendo de outra maneira, se podemos tratar de maneira objetiva aspectos de nossa experiência que parecem exclusivamente subjetivos.

Os *qualia* aparecem como candidatos resistentes às tentativas de lhe outorgarem uma cidadania científica. Por ora, vamos considerá-lo como o termo empregado para denotar as características intrínsecas de nossas sensações, as quais podemos obter apenas por meio da introspecção (Churchland, 1989, p. 23).

Para aprofundarmos esta tentativa de definição, e tornar mais claras as particularidades que a tradição atribui a este fenômeno, desenvolveremos um exemplo através do qual suas principais características serão evidenciadas. Pensemos a seguinte situação: diante de uma paisagem marinha, onde o céu e o mar aparecem para mim como sendo igualmente azuis, como posso afirmar que estou percebendo uma única cor? Ninguém discordaria que conseguimos fazer justificadamente esse tipo de afirmação porque podemos comparar em nossa consciência as duas sensações causadas pelos objetos e daí emitimos um juízo.

A situação torna-se diferente e mais complicada, entretanto, se nos perguntamos de que maneira podemos afirmar justificadamente que um outro observador, que esteja olhando para o céu e o mar no mesmo momento que o faço, esteja tendo uma sensação igual a minha.

Parece que, em princípio, tal comparação é completamente impossível. Muito embora possamos concordar verbalmente que os dois objetos estejam tingidos por uma mesma cor e que tal cor é igual à cor da camisa que no momento estou usando, e mesmo que todos os nossos juízos sobre a cor concordassem, ainda assim ficaria sem resposta a pergunta de se as qualidades que experienciamos são as mesmas. É possível que a sensação da cor que chamamos de azul fosse para ele como a sensação da cor que nós chamamos de vermelho é para mim. Ou mesmo, poderia ser o caso que sua percepção das cores se desse de maneira completamente inversa àquela que eu experiencio. Como diz Dennett:

VICENTINI, Max Rogério. *Qualia e fisicalismo*. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 2, 131-138, 1999.

...uma vez que todos nós aprendemos as palavras que designam as cores vendo objetos coloridos e públicos, nosso comportamento verbal concordaria mesmo se nós experienciássemos as cores subjetivamente de modos inteiramente diferentes (Dennett, 1991, p. 524, tradução nossa)

A impossibilidade intuitiva de comparação das impressões qualitativas causadas a duas pessoas por um mesmo objeto sugere que, em primeiro lugar, os *qualia* são alguma coisa que pode ser acessada unicamente por aquele que a experiencia. Temos, então, constatada a característica de acesso privado que faz parte das experiências qualitativas. Pode-se apurar também que os *qualia* resistem a qualquer tentativa de descrição, pois são acessíveis somente à consciência do experienciador, indicando uma característica de inefabilidade que resiste até mesmo às tentativas de expressão dos mais eloqüentes oradores. Essa inefabilidade deve-se, segundo a tradição (Dennett, 1991, p. 522), a suas propriedades intrínsecas, que indicam a impossibilidade de análise, uma vez que são fenômenos simples ou homogêneos. Além dessas características reza a tradição que o acesso que tenho de meus próprios *qualia* são de tipo direto ou imediato, isso é, não posso enganar-me a respeito das qualidades que percebo das coisas.

Parece-nos natural, neste momento, perguntar qual, afinal de contas, é o problema que a noção de *qualia* carrega consigo?

Em poucas palavras, podemos dizer que o problema central que direciona nossa investigação é o de se apurar se um fenômeno, com as características que indicamos pertencerem, ao menos aparentemente, aos *qualia*, pode ser tratado a partir de uma abordagem fisicalista, que é reconhecidamente a diretriz dominante nas ciências da mente contemporâneas.

Encontramos na literatura recente sobre o problema dois argumentos bastante contundentes, a partir dos quais pode ser concluído que a idéia de *qualia* apresenta dificuldades e/ou é resistente a uma abordagem fisicalista. São eles: o argumento “What is it like to be a bat?” (Nagel, 1980, p. 159-168) apresentado por Thomas Nagel e o “argumento do conhecimento” (Jackson, 1991, p. 469-477) exposto por Frank Jackson.

Nagel argumenta em seu artigo que nenhuma descrição puramente objetiva do mundo, isto é, uma descrição que seja igualmente acessível a todos os observadores não importando o seu ponto de vista, poderia dar-nos o conhecimento de como é ser um morcego. Tal conhecimento só poderia ser obtido por alguém que pudesse ter a experiência de ser um morcego. A conclusão a que chega é que deve haver um aspecto subjetivo na experiência que não pode ser apreendido a partir de uma descrição puramente objetiva. Implicando, com isso, que não importa em quanto se aumente o nosso conhecimento do mundo, há certos tipos de conhecimento, o de como é ser um morcego, por exemplo, que jamais obteremos.

Jackson imagina uma situação hipotética na qual uma pessoa, chamada por ele de Mary, que havendo sido aprisionada, desde o nascimento, num quarto onde tudo era preto ou branco e para a qual todo contato

com o mundo exterior era realizado através de um monitor de televisão, também em preto e branco e que, vencendo todas as adversidades, torna-se uma brilhante física e neurofisióloga especializada em cores e que dispõe de informação completa sobre este tópico. Todavia, mesmo com o conhecimento teórico completo de Mary sobre as cores, Jackson afirma que quando ela saísse do quarto teria um acréscimo em seu conhecimento: a experiência de ver as cores.

Tanto no primeiro quanto no segundo argumento a conclusão que se impõe é a de que o fisicalismo com suas pretensões objetivadoras não consegue dar conta de todos os componentes do real. Embora Nagel não esteja tratando especificamente do problema dos *qualia*, sua argumentação parece implicar certos pontos que podemos estender ao tratamento dispensado aos *qualia*. Por um lado, afirmam, ainda que indiretamente, que a natureza dos *qualia* é tal que impossibilita qualquer descrição objetiva dos mesmos, em face de sua irreduzível subjetividade. E, por outro, afirmam que o fisicalismo ou é uma perspectiva equivocada ou, na melhor das hipóteses, incompleta.

Veremos agora a tentativa empreendida por Janet Levin (1991) de conciliar uma visão dos *qualia*, que preserve as características que tradicionalmente lhe são atribuídas, com uma visão fisicalista do mundo. Sobre os argumentos de Nagel e Jackson, expostos acima, Levin afirma que:

Para as premissas serem plausíveis, 'conhecimento de como é ser um morcego' ou 'conhecimento de como é ver cores' devem ser compreendidos como um tipo de conhecimento prático ou habilidade: no caso de Nagel, a habilidade para, imaginativamente, projetar a si mesmo em um outro ponto de vista; no caso de Jackson, uma habilidade que não está claramente definida (Levin, 1991, p. 478, tradução nossa).

A argumentação dos autores questionados era de que tais tipos de conhecimentos correspondiam a conhecimentos teóricos, Jackson chega a classificá-lo como um tipo de informação que não pode ser enquadrada dentro do que ele chamou de informação física.

Caso Janet Levin esteja correta em afirmar que o conhecimento de ser como um morcego deve ser encarado como um tipo de conhecimento prático ou habilidade, será bastante difícil continuar a acusar o Fisicalismo de erro por ele não nos suprir com esse tipo de capacidade. Pois, como argumenta essa autora, em nenhum momento o Fisicalismo teve a pretensão de dotar-nos com qualquer tipo de habilidades práticas.

Por ora, façamos o delineamento das principais premissas da crítica que Levin endereça aos anti-fisicalistas do tipo de Nagel e Jackson.

Levin (1991) sustenta que os argumentos anti-fisicalistas apresentados por Nagel e Jackson assentam-se sobre um equívoco. Para apontar que equívoco é este, Levin reconstrói tais argumentos enfatizando as premissas sobre as quais eles estão assentados. Afirma que tais argumentos apresentam duas premissas básicas, como diz:

VICENTINI, Max Rogério. *Qualia e fisicalismo*. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 2, 131-138, 1999.

O primeiro é que se alguém não tem certas experiências, também não terá certas habilidades cognitivas ou discriminativas – uma habilidade para saber que se está em um estado particular sem fazer inferências, ou consultar instrumentos, mas somente aplicando o seu conceito daquele estado mental à experiência em questão. Vamos chamar este tipo de habilidade cognitiva ou discriminativa de ‘direta’. A segunda premissa é que esta capacidade de reconhecer ou discriminar entre estados mentais é necessária para se ter um conhecimento factual total e completo delas (Levin, 1991, p. 480, tradução nossa).

A primeira premissa é considerada por Levin intuitivamente óbvia. Mary, a neuropsicofisióloga do exemplo de Jackson, seria incapaz de discriminar, assim que saísse do quarto preto e branco, a cor vermelha da cor verde. Talvez ainda mais difícil seria para alguém identificar uma experiência que está tendo como sendo a experiência de como é ser um morcego.

A segunda premissa está diretamente relacionada com a teoria de aquisição de conceitos defendida pelos materialistas. Caso admitamos que as idéias são apenas cópias fantasmagóricas das impressões, diz Levin, não teríamos como escapar à aceitação desta premissa. E mesmo sem apelarmos para as teorias materialistas de aquisição de idéias essa posição continua bastante atrativa. “Afim, se alguém sabe todos os fatos sobre algum estado mental, incluindo as maneiras como ele é sentido, parece que esse alguém não poderia falhar em identificá-lo, sem instrumentos, mediante apresentação” (Levin, 1991).

Levin (1991) conclui, desta maneira, que a capacidade de reconhecimento ou discriminação entre os estados mentais parece ser o critério essencial para sabermos se uma pessoa possui o conhecimento de um determinado fato. Sua argumentação é a de que o erro dos argumentos anti-fisicalistas reside na noção de reconhecimento ou discriminação direta que, não importa sob qual interpretação, nunca fará ambas as premissas verdadeiras.

Se tomarmos a capacidade discriminativa como sendo a habilidade em se utilizar corretamente um conceito, diz Levin, poderíamos ter um caso no qual conseguiríamos tornar a primeira premissa verdadeira e a segunda falsa. Mesmo para o inatista, afirma Levin, a experiência desempenha um papel no que refere à atualização de conceitos inatos. Podemos pensar em um caso no qual após pequenos treinos que não envolvessem nem a manipulação, nem a visão de objetos cúbicos e esféricos um cego de nascença que tivesse começado a enxergar pudesse fazer a distinção de um modo adequado dos mesmos, apenas utilizando-se do novo sentido que acabara de obter.

Se, por outro lado, interpretamos a capacidade cognitiva ou discriminativa como teste para o conhecimento teórico, veremos que se alguém falhar no teste implicará que está faltando alguma coisa em seu aparato teórico que só a experiência pode dar. Se passar, por sua vez, fará a segunda premissa plausível, mas tornará a primeira falsa. Se encontrássemos um cego que de repente começa a enxergar e fizéssemos com ele

um teste de discriminação entre objetos cúbicos e esféricos e ele obtivesse êxito, teríamos um caso no qual o sujeito teria conhecimento completo e, portanto, tornaria a segunda premissa verdadeira, ele conseguiria distinguir entre os seus estados mentais, porém, falsificaria a primeira, pois, se conseguisse fazer a discriminação direta, isto implicaria que a experiência não seria necessária para dotá-lo daqueles conceitos.

A argumentação de Levin sofre, entretanto, de um sério problema, o qual ela mesma reconhece. Tomando um cego de nascença que de repente começa a ver, se lhe damos a tarefa de distinguir, apenas pelo uso da visão que acaba de conquistar, um cubo de uma esfera¹ e ele obtém êxito, sempre poderíamos argumentar que o reconhecimento não foi suficientemente direto.

Essa situação, diz Levin, pode não ser um bom exemplo por ser estruturalmente complexa e possibilitar um possível reconhecimento por vias indiretas como indução, analogias etc. A idéia tátil e visual de cubo ou esfera pode, ao final, não ser assim tão heterogêneas.

Quando Mary, a física-neuropsicóloga do exemplo de Jackson, sai do quarto e se depara com as paredes verdes e o teto azul da sala, a situação é um pouco diferente; dificilmente alguma experiência prévia poderia ter lhe, ao menos, sugerido como são as cores. É bem provável que, mesmo tendo todas as informações teóricas sobre cores, ela não tenha condições de dizer qual é a cor verde e qual é a cor azul. Entretanto, ninguém negaria que ela é capaz de distinguir uma experiência visual da outra. O nome da cor é apenas uma convenção e os *qualia* não dizem nada a respeito de conhecimentos convencionais, que não precisam ter qualquer razão necessária para serem como são. No entanto, aquela cor tem uma certa descrição que a ciência pretende que seja objetiva, e que o será, caso o Fisicalismo esteja correto.

Podemos perceber que a falha em se fazer uma reconhecimento ou discriminação direta pode ser devido à falha no conhecimento teórico ou devido à falta de habilidade em aplicar um conceito.

Não seria muito justo afirmar que a experiência dota-nos apenas com habilidades práticas e nunca com elementos para o nosso conhecimento teórico. Sendo assim, se reconhecemos que a experiência pode ser importante para a formação de nosso conhecimento teórico, talvez nos ajudasse a compreender a situação pensar como se dá a sua contribuição.

Tendo visto que os *qualia* resistem às nossas tentativas de trazê-los para o universo da ciência a partir de uma abordagem direta, parece-nos que pode ser mais proveitoso tentar uma via indireta. Procuremos pensar os casos onde um relativo sucesso é obtido na tentativa de se transmitir determinadas qualidades por meio de uma descrição.

Para tanto, relembremos do exemplo que Hume (1997) elabora para exemplificar uma idéia que não teria sido obtida por meio de uma sensação. Ele imagina uma escala com tons descendentes de azul, na qual faltaria um tom determinado. Alguém que olhasse para aquela escala, mesmo que nunca tivesse visto aquele tom de azul antes, poderia cons-

VICENTINI, Max Rogério. *Qualia e fisicalismo*. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 2, 131-138, 1999.

1. Alguns autores vêm o surgimento das questões sobre os *qualia* nas discussões dos primeiros empiristas no século XVII. Um exemplo ilustrativo pode ser encontrado na famosa querela filosófica, da qual tomaram parte John Locke e George Berkeley, que ficou conhecida como a questão de Molyneux. Locke no Ensaio sobre o entendimento humano (1997) e Berkeley na obra *An essay towards a new theory of vision* (1946) fazem referência a esse experimento de pensamento. Era uma questão, de então, saber o que aconteceria se acaso uma pessoa nascida cega, de repente, começasse a enxergar. O encaminhamento do problema proposto por esses autores, reflexos de suas preocupações filosóficas, era o de averiguar a possibilidade de esta pessoa discriminar um cubo de uma esfera usando apenas a visão, sem o auxílio de qualquer outro sentido ou artifício.

VICENTINI, Max Rogério. *Qualia e fisicalismo*. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 2, 131-138, 1999.

tatar a sua falta e também imaginar o seu aspecto através de um combinação dos tons anterior e posterior à lacuna na escala.

O mesmo tipo de raciocínio empregado no exemplo acima pode ser empregado no caso do expert em vinhos que, também, poderia descrever para um outro especialista o paladar ou o odor de um determinado vinho que o último nunca tenha provado. O mesmo acontecendo com especialistas em perfumes.

Com esses exemplos procuramos mostrar que em alguns casos é possível descrever qualidades de maneira satisfatória. Entretanto, isso parece funcionar, tirando o exemplo de David Hume, apenas com “especialistas” que treinaram intensamente o sentido que capta a qualidade descrita. O que esses exemplos podem nos ensinar?

Parece-nos que o desenvolvimento de um vocabulário mais sofisticado poderia ser a resposta, em algumas situações, para a elaboração de uma certa teoria científica mais ampla, que ainda que não satisfizesse todos os requisitos de uma teoria fisicalista, nos deixaria mais próximos de uma posição menos misteriosa quanto à natureza dos *qualia*. Entretanto, há que se notar que embora possamos vislumbrar uma maneira de, em situações bastante especiais, produzir teorias menos rígidas, abarcando elementos qualitativos, não estamos mais próximos de poder descrever uma cor para um cego de nascença.

Resumindo o que vimos até aqui, podemos constatar que os *qualia* constituem um obstáculo às tentativas de se obter um conhecimento completo e objetivo do mundo empreendidas por parte dos fisicalistas. Vimos como Janet Levin procura evitar a crítica de Nagel/Jackson apelando para uma interpretação da experiência qualitativa como sendo necessária apenas para o desenvolvimento da habilidade de aplicação de um conceito, não para a sua formação, ressaltando as diferenças entre “saber que” e “saber como”. E, finalmente, ainda que não tenhamos ficado mais próximos de uma solução para o problema procuramos evidenciar uma maneira pela qual podemos trabalhar inter-subjetivamente com os *qualia*.

VICENTINI, Max Rogério. *Qualia e fisicalismo*. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 2, 131-138, 1999.

ABSTRACT

This article presents and discusses historical and conceptual aspects concerning the problem of Qualia in terms of the current mind philosophy. The objective lies on searching for alternative approaches that may provide a better treatment of Qualia from a perspective that does not make them incompatible to sciences physicalists precepts, but that preserve their specificity.

Key Words: Qualia, physicalism, mind, science, subjective/objective, conscience.

VICENTINI, Max Rogério. *Qualia e fisicalismo*. *Mimesis*, Bauru, v. 20, n. 2, 131-138, 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHURCHLAND, P. M. *A neurocomputational perspective: the nature of mind and structure of science*. London: A Bradford Book, 1989.

DENNETT. Quining qualia. In: LYCAN, W. (ed.). *Mind and cognition: a reader*. Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1991.

HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Pensadores)

JACKSON, F. Epiphenomenal qualia. In: LYCAN, W. (ed.), *Mind and cognition: a reader*. Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1991.

LEVIN, J. Could love be like a heatwave?. In: LYCAN, W. (ed.), *Mind and cognition: a reader*. Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1991.

McDOWELL, J. Physicalism and primitive denotation: Fiel on Tarsk. PLATTS, M. (ed.) *Reference, truth and reality*. London: Routledge, 1980.

NAGEL, T. What is it like to be a bat? In: BLOCK, N. (ed.), *Readings in philosophy of psychology*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1980, v.1.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BERKELEY, G. *A new theory of vision and other writings*. London: J. M. & Sons, 1946.

LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Pensadores)